

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 28 de julho de 2011.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luigi Nese, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Carlo Roberto Simi, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Remígio Todeschini, Conselheiro Suplente Representante do MPS; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Paulo Libergott, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; José Gabriel Texeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Márcia Almeida Machado, Conselheira Suplente Representante da CTB; Otávio Vieira da Cunha Filho, Conselheiro Titular Representante da CNT; Plínio Sarti, Conselheiro Suplente Representante da CNTur, e, Alexandre Venzon Zanetti, Conselheiro Suplente Representante da CNS - Saúde. **Convidado:** Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

1 Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e onze, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego, teve início a Centésima Décima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo
3 do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro Titular
4 Representante da CNS, Sr. Luigi Nese. **I - ABERTURA:** O Presidente saudou a todos, enfatizando
5 que seria a última reunião que presidiria, haja vista que no dia 2 de agosto próximo se encerraria o
6 seu mandato na presidência do CODEFAT. Em seguida, passou a palavra ao Ministro de Estado do
7 Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi. O Ministro parabenizou o Sr. Luigi Nese pelo
8 competente trabalho realizado na presidência do CODEFAT no biênio 2009/2011, destacando que a
9 sua gestão havia honrado bastante o Conselho. Observou que na presente reunião seria efetuada
10 apresentação sobre o Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT – SiGOC, que brevemente
11 estaria em funcionamento, o qual contemplaria o Portal do FAT, ressaltando que se tratava de uma
12 antiga demanda do CODEFAT. Registrou que o Ministério esperava concluir a implementação do
13 Sistema Mais Emprego, em todo o País, até o final do presente exercício, o que permitiria agilizar a
14 colocação e/ou recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, bem como reduzir dispêndio
15 com o pagamento do benefício do seguro-desemprego. Destacou a importância que teria o
16 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, atualmente em
17 discussão no Congresso Nacional, o qual contribuiria para a capacitação profissional do trabalhador
18 e sua inserção no mercado de trabalho. O Ministro finalizou, destacando a importância do

19 CODEFAT para a sociedade, bem como a competência, a seriedade e o empenho dos Conselheiros
20 no exercício de suas atividades. O Presidente agradeceu as palavras do Ministro Lupi, declarando
21 que havia sido uma grande honra presidir o CODEFAT no biênio de 2009/2011. Registrou
22 agradecimento aos funcionários e colaboradores do MTE, especial ao Secretário-Executivo do
23 CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, à Coordenadora-Geral de Gestão Operacional do
24 CODEFAT, Sra. Suely Barrozo Lopes, e ao Coordenador-Geral de Recursos do FAT, Sr. Paulo
25 César Bezerra de Souza, e suas respectivas equipes, por toda a atenção e apoio que lhe haviam
26 dispensado durante sua presidência. O Presidente finalizou, agradecendo ao Ministro e aos
27 Conselheiros pela ajuda na condução dos trabalhos e, em seguida, abriu as inscrições para
28 manifestação. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do
29 Nascimento, observou que estava no CODEFAT desde a sua instituição, afirmando que o Sr. Carlos
30 Lupi tinha sido o Ministro que mais havia contribuído, apoiado e prestigiado o CODEFAT. Se
31 referindo as palavras do Ministro sobre a contribuição dos recursos do FAT na melhoria das
32 condições de vida dos beneficiários do seguro-desemprego e do abono salarial, solicitou que fosse
33 realizado levantamento para verificar quanto já havia sido disponibilizado pelo FAT, desde a sua
34 criação, para pagamento desses benefícios. Em seguida, parabenizou o Sr. Luigi Nese pela atuação
35 na presidência do CODEFAT, declarando que o Conselho havia acertado na sua escolha para
36 presidente do Colegiado. O Conselheiro Titular Representante da CGTB, Sr. Ubiraci Dantas de
37 Oliveira, ressaltou a importância da participação do Ministro no Conselho, bem como a presidência
38 exitosa do Sr. Luigi Nese, manifestando sua satisfação com o apoio que havia dado a eleição do
39 mesmo em 2009, haja vista seu desempenho na condução dos trabalhos. O Conselheiro Titular
40 Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo, destacou a presença do Ministro na presente
41 reunião e, em seguida, parabenizou o Sr. Luigi Nese pelo excelente trabalho realizado à frente do
42 CODEFAT. Ponderou que gostaria de saber como se encontrava a proposta do Ministro de Estado
43 da Ciência e Tecnologia, Sr. Aloísio Mercadante, de criação de um Observatório do Emprego. O
44 Representante da FINEP, Sr. Fernando Nielander Ribeiro, informou que o MTE e o MCT estavam
45 tratando dessa questão do Observatório, relatando que a FINEP já havia designado um funcionário
46 para cuidar especificamente desse assunto. Aproveitou o ensejo para informar que já se encontrava
47 em andamento às propostas de ampliação da participação dos trabalhadores no Conselho Consultivo
48 da FINEP, bem como da participação do MTE no Conselho de Administração. O Presidente
49 indagou se seria ampliada a participação dos empregadores nos referidos Conselhos, ao que o
50 Representante da FINEP informou que o setor empresarial já se encontrava representado no
51 Conselho Consultivo, sendo que no Conselho de Administração não haveria essa possibilidade, haja
52 vista lei específica que tratava do assunto. O Conselheiro Titular Representante da Força Sindical,
53 Sr. Sérgio Luiz Leite, parabenizou o Sr. Luigi Nese pelo excelente trabalho realizado, destacando

54 sua luta pelo fortalecimento do CODEFAT. Ponderou que a participação do Ministro nas reuniões
55 demonstrava a importância que o MTE dava ao CODEFAT, ressaltando a necessidade de todos
56 buscarem junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e
57 Gestão – SOF/MP a defesa da proposta orçamentária do FAT aprovada pelo Conselho em sua 60ª
58 Reunião Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2011. O Conselheiro Titular Representante da
59 NCST, Sr. José Gabriel Texeira dos Santos, congratulou o Sr. Luigi Nese pela forma dinâmica e
60 democrática com que havia presidido o CODEFAT, acrescentando que esperava prosseguir
61 contando com seus conhecimentos nas reuniões do Conselho. A Conselheira Suplente
62 Representante da CTB, Sra. Márcia Almeida Machado, registrou que estava participando, pela
63 primeira vez, de uma reunião do CODEFAT, afirmando que esperava do próximo gestor o mesmo
64 empenho e competência demonstrados pelo Sr. Luigi Nese, enquanto presidente do CODEFAT. O
65 Conselheiro Suplente Representante da CNTur, Sr. Plínio Sarti, destacou o empenho do Ministro na
66 atualização do CODEFAT, aumentando e democratizando a sua representatividade. Congratulou o
67 Sr. Luigi Nese pela competente gestão do CODEFAT, declarando que sua presidência havia
68 honrado a bancada patronal. O Ministro finalizou sua participação agradecendo as palavras dos
69 Conselheiros e desejando a todos um bom trabalho. O Presidente manifestou seu agradecimento ao
70 Ministro e aos Conselheiros e, em seguida, passou ao **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 –**
71 **Ata da 109ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de maio de 2011.** O Presidente indagou se
72 havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Ata em referência. Na
73 sequência, passou ao **III – APRESENTAÇÃO: ITEM 2 - Pela Coordenação-Geral de Gestão**
74 **Operacional do CODEFAT – CGCON/DES/SPPE/MTE: Sistema de Gestão Operacional do**
75 **CODEFAT – SIGOC.** A Coordenadora-Geral da CGCON, Sra. Suely Barrozo Lopes, iniciou a
76 apresentação com uma breve contextualização sobre o SiGOC: i) necessidade de aprimoramento
77 dos processos de gestão e operacionalização das tarefas técnico-administrativas da Secretaria
78 Executiva do CODEFAT e do CODEFAT; ii) compromisso assumido pelo Ministro Carlos Lupi,
79 junto aos Conselheiros, de promover melhorias na estrutura de funcionamento do CODEFAT; e, iii)
80 Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU recomendando aperfeiçoamento da gestão
81 participativa dos recursos do FAT. Em seguida, relatou as principais características do SiGOC: 1)
82 ferramenta inédita de suporte à SE/CODEFAT e ao Conselho; 2) possibilidade de interação com
83 outros sistemas de gestão dos programas e ações do FAT; 3) comunicação efetiva e notificações
84 automáticas sob controle da SE/CODEFAT; 4) acesso integrado dispensando uso de múltiplas
85 senhas; 5) suporte às reuniões do CODEFAT e do GTFAT, bem como aos eventos do Conselho,
86 desde a definição do cronograma anual até ações pós-evento; 6) artefatos sob a guarda do Sistema,
87 com fácil acesso, via web, dispensando envio de documentos como anexos em e-mails; 7) dispensa
88 de controle pessoal de armazenamento e versionamento; 8) alertas e notificações controlados por e-

89 mail e SMS; e, 9) fácil acesso, via web, aos temas, documentos, legislação e demais itens
90 pertinentes ao processo. Explicou que o SiGOC seria composto de cinco módulos, conforme
91 listados a seguir com seus respectivos objetivos: I) *Portal do FAT* - implementar mecanismo que
92 permita acesso facilitado do público em geral às informações relativas ao FAT, ampliando, assim, a
93 transparência no uso dos recursos públicos, e instituir espaço privilegiado de interação entre os
94 Conselheiros do CODEFAT e das Comissões de Emprego que favoreça o diálogo social na gestão
95 dos recursos do Fundo; II) *CODEFAT* - Conselho Deliberativo do FAT – propiciar ferramenta
96 eficiente de comunicação para os Conselheiros do CODEFAT com o intuito de melhorar o
97 desempenho de suas atribuições, implementando, com isso, um mecanismo de controle das
98 informações relativas às atividades e decisões do Conselho; III) *CEmpre* – Comissões de Emprego
99 – fornecer suporte a operacionalização das tarefas da SE-CODEFAT e gestão do CODEFAT,
100 relacionadas às Comissões e Conselhos de Emprego; IV) *PDE* – Programação dos Depósitos
101 Especiais do FAT - operacionalizar as tarefas relacionadas às atividades de controle do uso de
102 recursos do FAT por meio dos Depósitos Especiais, e possibilitar a agilização do processo de
103 elaboração, aprovação, publicação, celebração e liberação de parcelas; e, V) *SINPat Web* – Bens
104 Móveis do FAT - acompanhar a alocação e a movimentação de bens nos postos do SINE de todo o
105 País, e integrar os controle de inventário e patrimônio aos Planos de Trabalho anuais dos postos do
106 SINE. A Coordenadora-Geral da CGCON destacou que o SiGOC visava: 1) propiciar segurança e
107 facilidade para a gestão da informação; 2) permitir a operação descentralizada e com resultados
108 imediatos; 3) apoiar e facilitar a promoção e a integração entre as ações, políticas e diretrizes do
109 CODEFAT; 4) fornecer aos Conselheiros ferramentas seguras e ágeis, e que promovam a qualidade
110 das atividades sob suas responsabilidades; e, 5) facilitar a interação entre Conselheiros do
111 CODEFAT e das Comissões de Emprego. Na sequência, observou que o SiGOC seria inovador na
112 área de gestão de conselhos, ressaltando que no próximo ano o Ministério pretendia inscrever o
113 Sistema em referência no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido anualmente
114 pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Registrou agradecimento a toda a equipe
115 da CGCON, inclusive aos colaboradores terceirizados que haviam deixado o MTE, ressaltando a
116 importância de cada um para o desenvolvimento do Sistema. Agradeceu, também, pelo apoio
117 recebido do Presidente do CODEFAT, Sr. Luigi Nese, da Secretaria de Políticas Públicas de
118 Emprego – SPPE, especialmente do Secretário, Sr. Carlo Roberto Simi; do Diretor de Emprego e
119 Salário, Sr. Rodolfo Péres Torelly; do Coordenador-Geral de Contratos e Convênios, Sr. Manoel
120 Eugênio Guimarães de Oliveira; da Coordenadora do PROGER, Sra. Lucilene Estevam Santana; do
121 Coordenador-Geral de Recursos do FAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza; e da equipe da
122 Assessoria de Comunicação – ASCOM/MTE. A Coordenadora-Geral da CGCON finalizou,
123 afirmando que o MTE esperava colocar o SiGOC em funcionamento no mês de outubro próximo,

124 enfatizando que estavam em processo de transição da empresa DATAMEC para a DATAPREV. O
125 Presidente parabenizou a Coordenadora-Geral da CGCON, e toda a sua equipe, pelo trabalho
126 realizado, destacando que o SiGOC seria um marco para o CODEFAT. Em seguida, abriu as
127 inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT observou que finalmente estava sendo
128 realizado um trabalho sério, no âmbito do CODEFAT, no sentido de dar transparência as ações do
129 CODEFAT e de divulgá-las ao conjunto da sociedade. Ressaltou o empenho e a competência da
130 Coordenadora-Geral da CGCON, e de sua equipe, na produção de informações para os
131 Conselheiros, haja vista a ausência de um sistema informatizado, até o presente momento, para
132 execução dessa tarefa, acrescentando que o CODEFAT esperava há muito tempo por um portal
133 exclusivo com toda essa variedade de dados. Manifestou sua satisfação e honra pela apresentação
134 do SiGOC, acrescentando que a equipe da CGCON necessitaria de melhores condições de trabalho
135 para alimentar os dados e manter atualizado o Sistema. Na sequência, o Presidente passou ao **IV –**
136 **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 3 - Prestação de Contas do Abono Salarial.** O
137 Presidente esclareceu que a apresentação da execução física caberia à Coordenação do Seguro-
138 Desemprego e do Abono Salarial – CSDAS/CGSAP/DES/SPPE/MTE, e da execução financeira à
139 Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT/SPOA/SE/MTE. Em seguida, passou ao
140 **SUBITEM 3.1 - Programa de Integração Social - PIS, exercício 2009/2010.** O Coordenador-
141 Substituto da CSDAS, Sr. Márcio Ubiratan Britto Jardim, relatou que o exercício em referência
142 havia apresentado os seguintes valores: i) trabalhadores identificados – 14,58 milhões; ii)
143 trabalhadores beneficiados – 14,11 milhões; iii) taxa de cobertura – 96,73%; iv) dispêndio do FAT
144 – R\$6,48 bilhões; e, v) pagamento de tarifas à CAIXA pela prestação de serviços – R\$50,43
145 milhões. Em seguida, o Coordenador-Geral da CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, declarou
146 que no mesmo período foi recolhido ao FAT o saldo de R\$3,37 milhões, resultante da diferença
147 entre o valor repassado pelo MTE e o valor efetivamente desembolsado para pagamento do
148 benefício do PIS, acrescentando que a remuneração recolhida ao Fundo no exercício em referência,
149 pela Taxa Extramercado BACEN, havia totalizado R\$9,19 milhões. O Presidente observou que
150 havia um descasamento entre a arrecadação do PIS/PASEP e o dispêndio com pagamento do
151 benefício do abono salarial, o que poderia acarretar problemas com relação às contas do FAT. Em
152 seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Secretário-Executivo do CODEFAT esclareceu
153 que o crescimento do dispêndio com o abono salarial estava relacionado ao aumento do salário
154 mínimo e da formalização do mercado de trabalho, o que era muito positivo para a economia. O
155 Conselheiro da Força Sindical manifestou sua satisfação ao constatar maior número de
156 trabalhadores recebendo o abono salarial, afirmando que esse era o papel social do FAT. O
157 Conselheiro da CUT ponderou que assim como estava aumentando o dispêndio com o pagamento
158 do abono salarial, também estava crescendo a arrecadação do PIS/PASEP. O Presidente indagou se

159 havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Prestação de Contas do
160 Abono Salarial PIS, exercício 2009/2010, registrando as assinaturas dos Conselheiros no Despacho
161 que aprovava a mencionada Prestação de Contas. Na sequência, passou ao **SUBITEM 3.2 –**
162 **Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, exercício 2009/2010.** O
163 Coordenador-Substituto da CSDAS assinalou que o exercício em referência havia apresentado os
164 seguintes valores: i) trabalhadores identificados – 2,35 milhões; ii) trabalhadores beneficiados –
165 2,20 milhões; iii) taxa de cobertura – 93,78%; iv) dispêndio do FAT – R\$1,00 bilhão; e, v)
166 pagamento de tarifas ao Banco do Brasil pela prestação de serviços – R\$7,96 milhões. Na
167 sequência, o Coordenador-Geral da CGFAT informou que no mesmo período foi recolhido ao FAT
168 o saldo de R\$10,48 milhões, resultante da diferença entre o valor repassado pelo MTE e o valor
169 efetivamente desembolsado para pagamento do benefício do PASEP, acrescentando que a
170 remuneração recolhida ao Fundo no exercício em referência, pela Taxa Extramercado BACEN,
171 havia totalizado R\$3,44 milhões. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro
172 da UGT observou que o PIS havia apresentado taxa de cobertura de 96,73% para 14,58 milhões de
173 trabalhadores identificados, enquanto o PASEP, com apenas 2,35 milhões de trabalhadores
174 identificados, apresentou taxa de cobertura de 93,78%, solicitando um estudo para verificar a razão
175 de o PASEP, mesmo com um público bem menor, contar com taxa de cobertura inferior ao do PIS.
176 O Secretário-Executivo do CODEFAT informou que seria providenciado um estudo a fim de apurar
177 essa diferença na taxa de cobertura entre os programas do abono salarial, ressaltando que a taxa
178 referente ao PASEP era a melhor já registrada desde o início de sua medição. O Presidente indagou
179 se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Prestação de Contas
180 do Abono Salarial PASEP, exercício 2009/2010, registrando as assinaturas dos Conselheiros no
181 Despacho que aprovava a mencionada Prestação de Contas. Em seguida, passou ao **ITEM 4 –**
182 **Termos Aditivos – TA aos Termos de Alocação de Depósito Especial do FAT – TADE,**
183 **realizados no período de maio a junho de 2011.** O Secretário-Executivo do CODEFAT informou
184 que no período em referência foram celebrados, com o Banco do Nordeste, dois Termos Aditivos
185 no montante de R\$70,0 milhões, distribuídos conforme a seguir: i) PROGER Urbano Investimento -
186 R\$40,0 milhões; e, ii) FAT PNMPO – R\$30,0 milhões. O Presidente indagou se havia alguma
187 manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em referência. Em seguida, o
188 Presidente declarou intervalo de 1 hora para o almoço. O Presidente retomou os trabalhos, passando
189 para o **ITEM 5 - Proposta de Resolução que altera a Programação Anual da Aplicação de**
190 **Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2011 – PDE/2011, de que trata a Resolução nº**
191 **661, de 24 de fevereiro de 2011.** O Coordenador-Geral da CGFAT declarou que na PDE/2011
192 havia sido destinado o montante de R\$500,0 milhões para financiar a recuperação de obras públicas
193 de infraestrutura de municípios afetados por calamidades naturais, reconhecidas pelo Governo

194 Federal, no âmbito da linha de crédito especial FAT Infraestrutura – Reconstrução de Bem Público,
195 observando que não houve registro, no primeiro semestre de 2011, de solicitação de instituição
196 financeira requerendo recursos ao amparo da referida Linha, haja vista a ausência de permissivo
197 legal para os municípios se enquadrarem a fim de receber tais recursos, especialmente autorização
198 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Assinalou que em função dessas dificuldades o MTE
199 estava propondo o remanejamento dos recursos da mencionada linha de crédito na forma a seguir: I)
200 FAT Infraestrutura – R\$200,0 milhões; II) PRONAF – R\$170,0 milhões; III) PROGER Urbano –
201 R\$100,0 milhões; e, IV) PNMPO – R\$30,0 milhões. O Presidente abriu as inscrições para
202 manifestação. O Conselheiro Suplente Representante do MF, Sr. Manoel Joaquim de Carvalho
203 Filho, observando a baixa execução da PDE/2011, sugeriu o remanejamento dos R\$500,0 milhões
204 integralmente para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, a
205 fim de que os recursos fossem efetivamente executados e, assim, gerassem mais empregos. O
206 Conselheiro Suplente Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, sugeriu que fosse solicitado às
207 instituições financeiras oficiais federais a previsão de qual o montante de recursos da PDE/2011
208 executariam até o final do ano, de modo que o CODEFAT pudesse deliberar, em sua próxima
209 reunião ordinária, prevista para ocorrer no mês de setembro, sobre o remanejamento dos recursos
210 para linhas e/ou programas em melhores condições de execução, destacando que o BNDES teria
211 condições de executar mais recursos no âmbito do FAT Fomentar e do PRONAF. O Secretário-
212 Executivo do CODEFAT ressaltou que boa parte dos recursos já estaria sendo remanejado para o
213 PRONAF, o qual já se encontrava contemplado com grande volume de recursos do FAT, bem como
214 contava com outras linhas de financiamento. Esclareceu que dois grandes parceiros do MTE
215 estavam com baixa execução em razão de algumas dificuldades, sendo a CAIXA em função da
216 segregação de contas, e o Banco do Brasil devido às taxas de juros e ao Fundo de Aval para a
217 Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, acrescentando que o Ministério solicitaria aos
218 agentes financeiros a previsão de alocação de recursos até o final do ano, conforme sugerido pelo
219 Conselheiro do BNDES. O Conselheiro da CUT enfatizou que o mês de setembro deveria ser o
220 prazo limite para verificar a execução dos recursos, a partir do qual seria necessário remanejá-los
221 para linhas e/ou programas que efetivamente rodassem, como era o caso do PRONAF, de modo a
222 atingir o objetivo final do FAT de geração de emprego e renda, acrescentando que os recursos do
223 Fundo não poderiam ficar parados nas instituições financeiras. O Presidente concordou que se fazia
224 necessário remanejar os recursos, mas que não poderia ser tudo para o PRONAF, ressaltando a
225 importância do PROGER Urbano para a micro e pequena empresa. O Conselheiro da NCST
226 indagou o que significava, para os bancos, fundo de aval, observando que algumas empresas não
227 apresentavam ficha limpa, mas contavam com patrimônio para garantir empréstimos. O Conselheiro
228 do BNDES esclareceu que fundo de aval visava garantir operações de proponentes que não

229 ofereciam garantias suficientes, explicando que não era permitido aos bancos oficiais conceder
230 empréstimos para empresas negativadas. O Conselheiro da UGT ponderou que o CODEFAT
231 deveria avaliar periodicamente a execução das linhas de crédito, efetuando o remanejamento de
232 seus recursos para outras linhas quando fosse verificada baixa execução. O Presidente indagou se
233 havia mais alguma observação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela conforme
234 apresentado pelo MTE, registrando o voto do Conselheiro do MF de remanejamento integral dos
235 recursos para o PRONAF. Na sequência, passou ao **ITEM 6 - Proposta de Resolução que**
236 **modifica a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, incorporadas as alterações efetuadas por**
237 **resoluções subsequentes, e o Termo de Referência aprovado na Resolução nº 667, de 26 de**
238 **maio de 2011, bem como o Anexo da Resolução nº 670, de 28 de junho de 2011, com vistas à**
239 **execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema**
240 **Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.** A Titular da
241 Coordenação-Geral de Certificação e Orientação Profissional – CGCOP/DEQ/SPPE/MTE, Sra.
242 Mariangela Rodrigues Coelho, apresentou proposta de alteração do § 2º do art. 10 da Resolução nº
243 575/2008, substituindo a expressão art. 17 por art. 21, conforme a seguir: *Os PlanSeQs serão*
244 *executados por entidades sem fins lucrativos de que tratam os incisos I a VI do art. 21 desta*
245 *Resolução e destinados a atender a um determinado setor da atividade econômica, a um projeto de*
246 *ampliação ou de implantação de unidade produtiva em territórios circunscritos, quando o setor*
247 *apresentar características que justifiquem o investimento, a partir de iniciativas emergenciais por*
248 *parte de governos, de empresas ou de entidades sindicais, empresariais ou sociais.* Em seguida,
249 discorreu sobre as propostas de alterações e/ou ajustes relativas ao Termo de Referência aprovado
250 por meio da Resolução nº 667/2011, a fim de guardar coerência com a Resolução nº 575/2008,
251 conforme a seguir: I) Alterar o item V do capítulo 8 (Devolução de Recursos) visando substituir a
252 expressão 50% (cinquenta por cento) por 25% (vinte e cinco por cento), ficando assim a redação:
253 *não cumprirem a meta mínima de inserção dos educandos no mundo do trabalho em atividade*
254 *assalariada, autônoma, empreendedora, aprendizagem, ou estágio, conforme estabelecido neste*
255 *Termo. Nesse caso é exigida a restituição dos recursos repassados pelo Convênio correspondente a*
256 25% (vinte e cinco por cento) *do custo de qualificação social e profissional gasto com cada*
257 *educando da meta de inserção não cumprida;* e, II) Alterar o capítulo 10 (Parâmetros Básicos dos
258 Planos de Trabalho), incluindo as expressões de acréscimo e dessa forma, substituindo a expressão
259 valor de referência por valor definido pelo CODEFAT, bem como estabelecendo que o acréscimo
260 de dispêndio deverá estar previsto no planejamento dos convênios, passando a ter a seguinte
261 redação: *Para os casos descritos nas alíneas “a”, “b” e “c” o limite de acréscimo para o*
262 *dispêndio por aluno-hora é de até cinquenta por cento (50%) o valor definido pelo CODEFAT, e*
263 *para a alínea “d” esse limite é de até cem por cento (100%). Dessa forma, especificamente para*

264 *atender as Pessoas com Deficiência – PcDs, esse custo poderá ser acrescido em até duas vezes o*
265 *custo aluno-hora definido pelo CODEFAT. O acréscimo para o dispêndio por aluno-hora acima do*
266 *valor definido pelo CODEFAT, nos casos descritos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, deverá estar*
267 *previsto no planejamento dos convênios (edital/projeto/plano de trabalho), não podendo ser objeto*
268 *de aditivo. A Coordenadora-Geral da CGCOP finalizou, propondo retificação das metas, por*
269 *Unidades da Federação, constantes do Anexo à Resolução nº 670/2011, que aprovou a distribuição*
270 *dos recursos para o exercício de 2011 no âmbito dos Planos Territoriais de Qualificação –*
271 *PlanTeQs, haja vista que as metas constantes no referido Anexo não guardavam conformidade com*
272 *o custo aluno/hora médio de R\$4,62 aprovado pelo CODEFAT por meio da Resolução nº 666, de*
273 *26 de maio de 2011, a ser observado na execução do PNQ para convênios ou outros instrumentos*
274 *firmados em 2011. A Titular do Departamento de Qualificação – DEQ/SPPE/MTE, Sra. Ana Paula*
275 *da Silva, aproveitou o ensejo para agradecer ao Presidente pelo prestígio concedido à qualificação*
276 *profissional durante sua gestão à frente do CODEFAT, bem como a todos os Conselheiros pelas*
277 *contribuições oferecidas durante o processo de alterações do PNQ. Destacou o compromisso do*
278 *DEQ no sentido de construir uma política de qualificação profissional sólida, capaz de propiciar aos*
279 *trabalhadores melhores condições de aderência ao mercado de trabalho, e com um nível maior de*
280 *integração ao SINE. O Presidente parabenizou o Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Sr.*
281 *Carlo Simi, e a Diretora de Qualificação, Sra. Ana Paula, com toda a sua equipe, pelo trabalho de*
282 *reestruturação do PNQ, mediante alterações na Resolução nº 575/2008, as quais contribuiriam para*
283 *dinamizar o processo de qualificação profissional. Lamentou os cortes efetuados pela SOF/MP na*
284 *rubrica da qualificação profissional, desejando ao novo Presidente sucesso na obtenção de maiores*
285 *recursos para essa importante ação, que era uma das principais metas do CODEFAT. Em seguida,*
286 *abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT considerou audaciosa a meta de*
287 *colocação de até 10% de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, ressaltando as*
288 *dificuldades que envolviam a inserção desse público, ao que a Diretora do DEQ esclareceu que a*
289 *citada meta se referia à qualificação profissional, e não a colocação no mundo do trabalho. A*
290 *Coordenadora-Geral da CGCOP complementou, explicando que a alteração em tela se referia ao*
291 *dispêndio por aluno-hora, de modo que para pessoas com deficiência poderia ser acrescido de até*
292 *100% o valor definido pelo CODEFAT. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação,*
293 *em não havendo, considerou aprovado o Item em referência. Em seguida, realizou a inversão de*
294 *pauta, passando ao **ITEM 8 - Condução do Presidente do CODEFAT, nos termos do Decreto nº***
295 ***6.827, de 22 de abril de 2009, para exercer mandato no período de 03.08.2011 a 02.08.2013.** O*
296 *Secretário-Executivo do CODEFAT observou que o próximo presidente do Conselho deveria ser da*
297 *bancada do governo, em conformidade com a rotatividade exercida, ressaltando que não haveria*
298 *necessidade de votação, haja vista que o art. 3º do Decreto nº 6.827/2009 já estabelecia que a*

299 presidência, nesse caso, caberia ao MTE, nos termos a seguir: *A presidência do CODEFAT, eleita*
300 *bienalmente por maioria absoluta, será alternada entre as representações dos trabalhadores, dos*
301 *empregadores e do governo, e exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego*
302 *quando couber à representação do Governo.* O Presidente informou que o Ministro Lupi havia
303 indicado o Secretário de Políticas Públicas de Emprego e Conselheiro Titular Representante do
304 MTE, Sr. Carlo Roberto Simi, para presidir o CODEFAT no biênio 2011/2013, o qual foi aclamado
305 por todos como novo Presidente do Conselho. Na sequência, o Presidente abriu as inscrições para
306 manifestação. O Representante da CGTB desejou ao Sr. Carlo Simi felicidade e boa sorte na sua
307 gestão, colocando a CGTB a disposição para ajudar no que fosse necessário. O Representante da
308 CUT afirmou respeitar a indicação da bancada do Governo, desejando sucesso ao Sr. Carlo Simi
309 nessa nova empreitada, ressaltando que o mesmo estaria em maior exposição na condição de
310 Presidente do CODEFAT. O Representante da Força Sindical parabenizou o Sr. Carlo Simi, o qual
311 teria uma dupla função como Representante do MTE e Presidente do CODEFAT, observando que
312 havia ocasiões em que as posições do Governo e do Conselho se apresentavam divergentes,
313 acrescentando que poderia contar com o apoio da Força Sindical para uma boa gestão. O
314 Conselheiro da NCST congratulou o Sr. Carlo Simi, declarando que a NCST cooperaria sobre todas
315 as formas para o sucesso de sua presidência. O Conselheiro da CNTur felicitou e desejou boa sorte
316 ao Sr. Carlo Simi, registrando que tinha certeza que o mesmo daria continuidade ao brilhante
317 trabalho do Sr. Luigi Nese como presidente do CODEFAT. O Conselheiro da UGT parabenizou o
318 Sr. Carlo Simi, desejando-lhe o mesmo sucesso do Sr. Luigi Nese, que na condição de presidente do
319 CODEFAT ajudou a melhorar o País. Manifestou o orgulho que sentia pela equipe da CGCON,
320 responsável pela organização das reuniões do CODEFAT e do GTFAT, bem como pelo
321 atendimento às demandas dos seus Conselheiros e Representantes, ressaltando a sua importância
322 para o bom funcionamento do Conselho e do seu Grupo de Apoio Técnico. A Conselheira da CTB
323 afirmou que se sentia honrada em participar dessa reunião onde o Sr. Luigi Nese havia sido tão
324 elogiado e admirado pela sua gestão, saudando o Sr. Carlo Simi e colocando a CTB a sua
325 disposição para contribuir com o engrandecimento do Conselho. O Presidente agradeceu a todos
326 pelas palavras elogiosas e, em seguida, passou a palavra ao novo presidente do CODEFAT, Sr.
327 Carlo Simi, o qual assumiria o posto a partir de 3 de agosto próximo. O Vice-Presidente do
328 CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Carlo Roberto Simi, manifestou seu
329 agradecimento e reconhecimento à equipe da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE,
330 da qual era o Titular, pelo forte engajamento no sentido de tornar muito mais transparente e forte as
331 ações das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, enfatizando o apoio do CODEFAT para o
332 êxito dos trabalhos da Secretaria. Destacou o trabalho realizado pela equipe da CGCON,
333 responsável pelo suporte e bom funcionamento do CODEFAT, sempre procurando avançar na

334 melhoria da estrutura do Conselho, ressaltando a dificuldade e a responsabilidade dessa equipe na
335 gestão desse importantíssimo Colegiado. Parabenizou o Sr. Luigi Nese pelo trabalho sério e
336 competente na presidência do CODEFAT, agradecendo-lhe pelo apoio dado à SPPE, tendo sido
337 fundamental para o avanço nas políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Manifestou seu
338 agradecimento ao Ministro Lupi pela indicação para a presidência do CODEFAT no biênio
339 2011/2013, relatando que seria uma grande honra presidir o Colegiado, que era certamente um dos
340 mais importantes do País. Afirmou que a primeira pessoa a quem comunicaria sua eleição para a
341 presidência do CODEFAT seria o seu pai, o qual completaria 91 anos no mês de setembro próximo,
342 e que foi sindicalista nas décadas de 50 e 60, tendo militado no Sindicato dos Marítimos. O Vice-
343 Presidente do CODEFAT finalizou, declarando que na condição de representante do MTE estaria se
344 posicionando com o Ministério, sendo que na condição de presidente do CODEFAT sempre se
345 posicionaria com o Conselho. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não
346 havendo, declarou realizada a condução do Sr. Carlo Roberto Simi para a presidência do
347 CODEFAT no biênio 2011/2013. Retomando a sequência da pauta, passou ao **ITEM 7 - Eleição do**
348 **Vice-Presidente do CODEFAT, nos termos do Decreto nº 6.827, de 22 de abril de 2009, para**
349 **exercer mandato no período de 03.08.2011 a 02.08.2013.** O Secretário-Executivo do CODEFAT
350 relatou que a vice-presidência do CODEFAT caberia a bancada dos empregadores, em
351 conformidade com a rotatividade exercida, devendo ser eleita conforme estabelecido no art. 4º do
352 Decreto nº 6.827/2009, a saber: *A vice-presidência do CODEFAT será exercida pelo representante*
353 *do Ministério do Trabalho e Emprego quando a presidência couber à representação dos*
354 *trabalhadores ou dos empregadores, devendo ser eleita na forma do § 3º quando a presidência for*
355 *exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego.* O Presidente informou que a
356 bancada patronal havia lhe indicado para a vice-presidência do CODEFAT, de modo que submetia
357 sua candidatura à votação, a qual foi acatada por unanimidade. O Presidente indagou se havia
358 alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada, por unanimidade, a sua eleição para a
359 vice-presidência do CODEFAT no biênio 2011/2013. Na sequência, passou ao **V - OUTROS**
360 **ASSUNTOS: ITEM 9 - Entrega dos seguintes documentos: Boletim de Informações**
361 **Financeiras do FAT – maio/2011; Relatório da Execução da PDE – REL-PDE; Aplicação das**
362 **disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-**
363 **Extramercado; e Posicionamento da CGI/MTE sobre o desenvolvimento do SIGFAT.** O
364 Presidente esclareceu que os documentos em referência se encontravam na mídia digital distribuída
365 a cada Conselheiro no início dos trabalhos, na qual continha todo o material da presente reunião. O
366 Conselheiro da CGTB solicitou um aparte para informar que precisaria deixar suas funções no
367 CODEFAT, haja vista sua eleição para presidente da CGTB, registrando que oportunamente seria
368 indicado seu substituto. Declarou sua satisfação e honra por ter participado do CODEFAT durante

369 esses dois últimos anos, afirmando que continuaria, juntamente com a CGTB, a contribuir nos
370 debates visando à defesa dos interesses dos trabalhadores e do País. O Presidente agradeceu, em
371 nome do CODEFAT, a brilhante participação do Conselheiro da CGTB no Colegiado, destacando
372 sua competência, empenho e dedicação na defesa dos trabalhadores. Em seguida, a Coordenadora-
373 Geral da CGCON apresentou um vídeo, diretamente da página do Portal FAT, contendo
374 depoimento do Sr. Luigi Nese a respeito de seu mandato na presidência do CODEFAT e sobre a
375 importância do SiGOC para o Conselho. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e
376 esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E,
377 para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata
378 que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e
379 por mim.

LUIGI NESE
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

CARLO ROBERTO SIMI
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro Suplente Representante do MF

REMÍGIO TODESCHINI
Conselheiro Suplente Representante do MPS

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Conselheiro Suplente Representante do MDA

PAULO LIBERGOTT
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

Continuação da Ata da 110ª Reunião Ordinária do CODEFAT

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS
Conselheiro Titular Representante da NCST

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA
Conselheiro Titular Representante da CGTB

MÁRCIA ALMEIDA MACHADO
Conselheira Suplente Representante da CTB

OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO
Conselheiro Titular Representante da CNT

PLINIO SARTI
Conselheiro Suplente Representante da CNTur

ALEXANDRE VENZON ZANETTI
Conselheiro Suplente Representante da CNS - Saúde
